

AduSP

INFORMATIVO

Rodas, faça a sua parte!

O Fórum das Seis, reunido em 24/6, face à intransigência dos reitores no encaminhamento civilizado da data-base 2010, indica um novo rumo para a luta dos funcionários em greve. As motivações e novas propostas constam do Comunicado do Fórum das Seis reproduzido abaixo. Em síntese, esse encaminhamento unitário é a negociação, entre os sindicatos dos funcionários das três universidades e suas respectivas reitorias, do

acréscimo de uma referência para todos, ativos e aposentados.

Chamamos a atenção dos colegas que a intransigência mencionada acima realmente é responsabilidade dos reitores. Podemos exemplificar a parcela do reitor Rodas nessa intransigência, relatando parte do diálogo que dois diretores da Adusp tiveram com o reitor, no dia 30 de março, por coincidência no momento em que o Fórum protocolava a Pauta Unificada de data-base na reitoria

da Unicamp. Num determinado momento da conversa, motivados pelos sons vindos da manifestação dos funcionários da USP que marcavam dessa forma a solicitação da extensão aos funcionários dos 6% dados aos docentes, dissemos ao reitor que era responsabilidade dele o que estava ocorrendo lá fora, pois até o final de março era ele o responsável pela ausência de resposta aos ofícios que o Fórum encaminhara solicitando o agendamento da negociação para a

terceira semana de abril. Dissemos ainda que ele e os demais reitores seriam os responsáveis por uma eventual radicalização do movimento.

A mídia e, infelizmente, uma parcela de nossos colegas, só se interessa pela reivindicação de trabalhadores quando o movimento se radicaliza. Isso lembra uma antiga piada que dizia que à mídia só interessa o movimento quando, finalmente, a voz morde o cachorro!

Dessa forma metafórica, instamos que o reitor assu-

ma de fato o diálogo construtivo que, ao ser indicado para o cargo, afirmara seria a marca registrada de sua gestão. Ou seja, aceite o novo indicativo do Fórum das Seis acima exposto, pague aos funcionários o que foi descontado pelos dias da greve, cesse com a criminalização do movimento e pressione o presidente do Cruesp a abrir negociações relativas aos demais pontos da pauta unificada.

Rodas, faça a sua parte!

Comunicado do Fórum das Seis “Cruesp pauta ação pela intransigência”

O Fórum das Seis, que representa os sindicatos de professores e funcionários e entidades estudantis da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza, vem a público externar as seguintes considerações:

- Os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas têm data-base em maio, momento em que é esperada a discussão séria e respeitosa entre as entidades representativas das categorias e os reitores. Infelizmente, não é o que ocorre neste ano, com o Conselho de Reitores (Cruesp) pautando sua ação pela intransigência.

- Ao longo desses últimos meses, o Fórum das Seis encaminhou inúmeros ofícios ao Cruesp que procuravam o

diálogo, em sua maior parte sequer respondidos, o que não se espera numa negociação de data-base.

- A recusa ao diálogo franco e aberto sobre a questão salarial, por parte do Cruesp, mantém-se mesmo após o Fórum das Seis apresentar duas contrapropostas que buscavam superar os impasses: a primeira, propondo a extensão aos funcionários do reajuste de 6% dado aos docentes; a segunda, solicitando a negociação de uma proposta alternativa unitária dos segmentos em greve.

- O crescimento do ICMS está superando todas as previsões. A arrecadação do primeiro quadrimestre deste ano, por exemplo, foi cerca de 20% maior do que a de igual período de 2009, e prossegue em alta. Ou seja,

não há justificativa econômica para rejeitar a contraproposta, a não ser o desejo de quebrar a isonomia entre os segmentos, fato que será extremamente prejudicial às universidades.

Devido à intransigência do Cruesp, que não abriu a possibilidade de negociação desta última contraproposta, o Fórum das Seis não vai abrir mão da luta pela isonomia de reajuste salarial entre docentes e servidores técnico-administrativos na data-base, mas considera que é necessário partir para uma nova etapa no movimento. Tendo em vista a recusa arbitrária do Cruesp de prosseguir as negociações salariais conjuntas, é o momento de iniciarmos a discussão da pauta unitária elaborada pelas assembleias se-

toriais dos segmentos em greve. Trata-se de reivindicar o acréscimo de uma referência para todos os servidores técnico-administrativos, da ativa e aposentados, retroativa a fevereiro de 2010, e prosseguir com a negociação das pautas específicas na sequência.

O Fórum das Seis acompanhará as negociações específicas e estará atento a quaisquer tentativas, por parte das reitorias, de intimidar o movimento grevista. Também buscará negociar o não desconto dos dias parados, com a reposição responsável do trabalho.

O Fórum das Seis reafirma sua disposição de continuar o acompanhamento da arrecadação do ICMS e de retomar as discussões salariais no segundo semestre,

tendo como perspectiva a reivindicação da data-base 2010, de 16% de reposição salarial e parcela fixa de R\$ 200,00, de forma isonômica para servidores docentes e técnico-administrativos.

Ressalte-se que a garantia de negociação no segundo semestre é resultado de acordo celebrado entre Fórum das Seis e Cruesp em 1991.

O Fórum das Seis também reafirma sua disposição em retomar o diálogo dos demais itens da Pauta Unificada 2010 com o Cruesp, bem como sua convicção de que a negociação é o caminho indispensável para que as universidades possam voltar ao seu curso normal.

São Paulo, 24 de junho de 2010

Sarau debate cotas raciais em noite animada

Kabengele denuncia parcialidade da mídia e revela: Estadão vetou texto seu

As cotas raciais foram tema de animado debate no último Sarau da Adusp, realizado na noite de 18/6 na sede da entidade, para assinalar o lançamento da edição 47 da *Revista Adusp*, que aborda, entre outros temas, a questão das cotas raciais na Universidade de São Paulo. Autor de um dos artigos, o professor Kabengele Munanga, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), defensor da adoção do modelo de “discriminação positiva” na USP, foi o expositor convidado. A professora Elizabeth Balbachevsky (FFLCH), que assina na publicação um artigo contrário à utilização do critério racial, também convidada a compor a mesa, não pôde aceitar por questões de agenda. O evento foi coordenado pela professora Kimi Tomizaki, da Faculdade de Educação, uma das participantes do grupo da Adusp que organiza os saraus.

O jornalista Pedro Pomar, editor da Revista Adusp, fez uma curta apresentação do temário da edição 47, que publica um dossiê sobre questões relacionadas à terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Ele procurou vincular esse tema às cotas: “Há uma conexão, porque uma das dimensões do PNDH-3 é o ataque ao que restou da Ditadura Militar”, disse, lembrando que há “uma série de forças, de instrumentos legais que se mantêm como herança”, entre os quais a Polícia Militar. “Os negros estão entre as maiores vítimas da violência homicida da PM”, afirmou.

O professor Kabengele inici-

ou sua fala afirmando que a idéia de cotas raciais baseia-se na constatação estatística, mediante dados do IBGE e do Ipea, de que os negros são proporcionalmente subrepresentados nas universidades brasileiras. Segundo ele, o mito da democracia racial faz com que muitos acreditem que as desigualdades socioeconômicas são suficientes para explicar a ausência do negro no ensino superior. O antropólogo aponta que outra explicação, baseada em pesquisas encabeçadas por Roger Bastide e Florestan Fernandes na década de 1960, é a existência de um “racismo à brasileira”, pois em nosso país a raça é um fator que bloqueia a ascensão social.

Guerra racial?

Uma vez constatada a existência de um abismo entre brancos e negros na educação, as respostas para o problema dividem intelectuais, políticos e ativistas. “Uns pensam que a solução passa por políticas universalistas, ou macrossociais, ou seja, melhorando-se o nível da escola pública, os negros e os mais pobres da sociedade brasileira terão a mesma capacidade de competitividade nos vestibulares que o resto da sociedade”, explicou. Para este grupo, a implantação de cotas criaria uma “guerra racial” no Brasil. Por outro lado, há os que acreditam que o abismo é imenso, uma vez que os dados do IBGE mostram que, apesar das melhorias na educação pública nos últimos 100 anos, a situação do negro hoje é a mesma que a de seu bisavô. “A única saída é implementar políticas focadas, que são políticas de ação afirmativa”, defendem estes, segundo definiu Kabengele.



Fotos: Daniel Garcia

Sarau nas dependências da Adusp: esta foi a terceira edição



Estudante encaminha questão. Professores João Zanetic, Kabengele e Kimi



“Enquanto isso se debate, a sociedade brasileira não esperou”. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) implementaram cotas por força de lei estadual, mas outras 80 universidades, disse o professor, “entraram nas políticas de cotas simplesmente por uma deci-

são interna”, apontou. “Isso quer dizer que as universidades brasileiras perceberam que há um problema na sociedade e que não podemos esperar a lei”, sustentou.

O professor discutiu o porquê de a USP não ter entrado nas políticas de cotas. “Minha impressão é que a questão foi abafada, poderíamos ter sido até os primei-

ros”, lamentou, refazendo a trajetória do debate. Em 1995, por ocasião do aniversário de 300 anos da morte de Zumbi do Palmares, foi nomeada através de portaria da Reitoria uma comissão de políticas públicas para comemorar a efeméride, “uma prova de que a USP tinha consciência de que os negros têm problemas nessa socie-

dade”, e o Núcleo de Consciência Negra da USP passou a exigir cotas para negros. Segundo Kabengele, quando reitores, Jacques Marcovitch e Adolpho Melfi omitiram-se, e Suely Vilela limitou-se a criar uma política de bônus para alunos de escola públicas, o Inelusp, porém sem contemplar a questão racial.

Mito

“A USP simplesmente fugiu da questão. Ela não foi discutida”, declarou o professor. “Não creio que essa questão dependa apenas do reitor. Depende do Conselho Universitário, de vários órgãos da universidade, das congregações, dos departamentos. A responsabilidade é coletiva. Os departamentos fechando os olhos, as congregações fechando os olhos, os colegas também não querendo discutir a questão, caímos todos no mito da democracia racial, ‘está tudo ótimo, o Inelusp vai resolver tudo’. Como dizem alguns colegas: ‘sendo os negros os mais pobres, então essa proposta vai contemplar a situação do negro’. Eu não acredito nisso”.

Após a exposição, várias pessoas fizeram comentários e formularam perguntas ao professor, que respondeu a todos os questionamentos. Um representante do DCE relatou que, em reunião do Conselho de Graduação, uma pró-reitora reagiu aos gritos à proposta da representação discente de discussão de cotas e afirmou que em sua gestão o assunto jamais entraria em pauta.

Nas respostas, o professor esclareceu que modelo defende: “O corte para mim tem que ser cruzar o critério da escola pública com o critério étnico”. Disse, também, que nos Estados Unidos houve uma mudança de estratégia, como meio de driblar resistências: “não se fala mais em política de cotas, mas em política de busca de diversidade”.

Kabengele criticou o modo como a mídia aborda o assunto, oferecendo maior espaço a quem é contrário às cotas: “Parece que é uma imprensa que não quer mudar nada”. Ele revelou que o jornal *O Estado de S. Paulo* recusou-se a publicar uma resposta sua a um arti-

go do geógrafo Demétrio Magnoli, crítico do sistema de cotas. “Quando o Demétrio publicou aquele artigo no Estado, me acusando de ícone da oficialização do racismo no Brasil, que quer suprimir os mestiços no Brasil, eu dei uma resposta. *O Estado* não publicou, simplesmente ignorou. Isso coincidiu com o fim da lei de imprensa, então já tinham motivos para dizer que não são mais obrigados”.



Professor Kabengele Munanga

Ação do Gatilho: faltam respostas às questões levantadas pela Adusp

Continuamos recebendo um considerável número de mensagens enviadas pelos beneficiários à Codage, com dúvidas a respeito dos pagamentos de 1987, colocados no sistema Marte. O exame de cópias dessas correspondências sugere que está havendo maior cuidado da Codage nas respostas.

Com relação à dúvida mais frequente — datas de pagamentos — a posição da Codage é que devem ser considera-

das as datas constantes dos holerites. Acrescenta ainda que tão logo se normalizem as atividades na Universidade, tomará as providências para regularizar a situação.

Quanto às questões levantadas pela Adusp, continuamos sem resposta. Não houve nenhum esclarecimento sobre como os beneficiários que não fazem mais parte do quadro da USP, ou seus herdeiros, podem ter acesso aos valores relativos aos vencimentos de 1987. Tampouco

houve resposta à proposta de cronograma apresentada pela Adusp, estabelecendo a data de entrega ao juiz das informações sobre os montantes recebidos pelos beneficiários em 1987.

Dado que a Codage está respondendo às mensagens dos beneficiários, mas não à Adusp, depreende-se que falta à Reitoria vontade política para agilizar a execução da ação.

Carreira única para docentes é consenso em seminário

O Seminário Nacional de Carreira Docente do Andes-SN, realizado em Fortaleza em 23/6, contou com cerca de 70 participantes de diversos Estados, pertencentes a universidades públicas estaduais e federais.

“Foi uma atividade muito boa, porque a cada reunião aumenta o consenso a respeito de uma carreira única para o magistério”, resumiu o professor César Augusto Minto, da Faculdade de Educação da USP e principal expositor do encontro, que reiterou os eixos e os princípios da carreira definidos no Congresso do Andes-SN de 2009 (Belém).

“Contemplar categorias ou classes correspondentes à formação continuada/titulação” e “valorizar o tempo de serviço, de forma automática, por meio da adoção de anuênios, biênios, triênios etc. ou de mecanismos equivalentes” são os eixos orientadores da carreira, reafirmados no seminário de Fortaleza.

O seminário também recomendou, às ADs em tratativa com governos acerca de mudanças na carreira, “que o façam na perspectiva de uma política de transição, sempre tendo como referência os eixos e os princípios orientadores definidos em Belém”.

Princípios

Os princípios de construção da carreira docente adotados pelo Andes-SN incluem estrutura aberta, com ingresso apenas por meio de concurso público; indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; dedicação exclusiva como regime de trabalho preferencial; estrutura simples, baseada na formação continuada e na titulação existente hoje: graduação, especialização, mestrado, doutorado, livre docência e titularidade.

“A compreensão é de que precisamos construir uma carreira da qual a avaliação não faça parte”, declarou ao *Infor-*

mativo Adusp a professora Marinalva Oliveira, da Universidade Federal do Amapá. A carreira deve ser vista como um processo vinculado naturalmente ao trabalho docente: “Ela deve ter uma estrutura simples, respaldada na titulação e não na avaliação. Nosso trabalho é avaliado constantemente no dia a dia, então isso não deve ser condição para subir na carreira”, conclui.

Na mesma linha, a professora Maria Antonia Veiga Adrião, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no Ceará, defendeu a carreira única e repeliu visões produtivistas como as subjacentes ao projeto do Mi-

nistério do Planejamento: “O seminário foi muito rico. O professor Minto nos esclareceu sobre a necessidade de nós professores nos unirmos em torno da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, frente às exigências dos governos federal e estaduais”.

A professora destacou a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão, salientando que o ensino não pode ser deixado em segundo plano, como vem ocorrendo por força dos paradigmas produtivistas exacerbados das agências de governo. “Nosso trabalho tem que estar a serviço da sociedade”, disse ela.

Deliberações da Assembleia da Adusp de 17/6/2010

CAMPANHA SALARIAL

1. Manifesto da assembleia repudiando o corte dos salários de funcionários em greve e a falta de diálogo efetivo (veja texto ao lado);

2. Contribuição com o Fundo de Solidariedade aos funcionários da USP, no valor correspondente a 6% da arrecadação líquida da Adusp, do mês de maio;

3. Discussão, na próxima assembleia da Adusp, da proposta de efetuarmos uma

contribuição maior ao referido Fundo;

4. Divulgação no *Informativo Adusp* dos dados referentes à conta-corrente do Fundo de Solidariedade;

5. Divulgação no site da Adusp dos ofícios trocados entre Fórum da Seis e Cruesp, relativos à campanha de data base.

CONAD

A Assembleia indicou as colegas Lighia B. Horodinski-

Matsushigue (IF) como delegada e Heloisa Daruiz Borsari (IME) como suplente de delegada. Indicou ainda como observadores os colegas Ciro Teixeira Correia (IGe), Rosângela Sarteschi e Rodrigo Ricúpero (ambos da FFLCH), como observadores. O Conad realizou-se em Fortaleza (CE) no período de 24 a 27/6, tendo sido precedido pelo Seminário Nacional sobre Carreira Docente, no dia 23 (veja texto na p. 3).

O Fórum das Seis buscou uma negociação civilizada, mas o Cruesp optou por não negociar

A troca de ofícios entre o Fórum das Seis e o Cruesp, durante a data-base, ilustra a falta de disposição ao diálogo por parte dos reitores. Cumprindo o cronograma estabelecido, em 12/2 o Fórum enviou ao Cruesp seu primeiro ofício relativo à data base de 2010, solicitando uma primeira reunião de negociação para a semana de 19/4. A esse, seguiram-se muitos outros, o último deles datado de 22/06. Em resposta, no mesmo período, o Cruesp enviou quatro ofícios ao Fórum. O cronograma abaixo fala por si mesmo.

Ofícios do Fórum ao Cruesp	Ofícios do Cruesp ao Fórum
12/2 – solicita agendamento da primeira reunião de negociação para a semana de 19/4.	
9/3 – solicita que o Cruesp estenda aos funcionários o reajuste de 6% concedido aos docentes.	
10/3 – reitera ofício de 12/2.	
10/3 – solicita agendamento de reunião, após finalização da negociação da pauta unificada, para discutir a reestruturação da carreira docente.	
24/3 – dado o silêncio do Cruesp, reitera ofício de 9/3.	
24/3 – comunica que a pauta unificada será protocolada em 30/3.	
30/3 – encaminha a pauta unificada de data-base e reitera ofício de 12/2.	
7/4 – reitera ofícios de 12/2 e 30/3 não respondidos.	
7/4 – dado o silêncio do Cruesp, reitera ofícios de 9/3 e 24/3.	
	12/4 – informa que: 1) a pauta unificada foi entregue aos reitores; 2) o Cruesp decidiu que as reuniões aconteceriam em maio; 3) a reestruturação da carreira docente foi aplicada em fevereiro de 2010 e que reestruturações semelhantes foram feitas, em anos anteriores, para os funcionários.
19/4 – responde o ofício do Cruesp de 12/4 e solicita que a primeira reunião aconteça em abril.	
20/4 – solicita o fornecimento da planilha consolidada de 2009.	20/4 – encaminha a planilha de fechamento do ano de 2009.
	28/4 – encaminha as datas das duas primeiras reuniões de negociação: 6/5 e 11/5.
19/5 – solicita agendamento de nova reunião de negociação.	
24/5 – solicita audiência com o presidente do Cruesp e reitera ofício de 19/5.	
27/5 – repudia as ameaças de desconto de dias parados e manifesta necessidade de negociação.	
1/6 – solicita agendamento urgente de reunião e aponta crescimento de arrecadação do ICMS indicando que é possível estender aos funcionários o reajuste de 6%.	
9/6 – solicita reunião para 14/6 com o presidente do Cruesp.	
	10/6 – indaga ao Fórum sua posição oficial sobre ações do movimento para então responder o ofício de 9/6.
11/6 – responde ofício do Cruesp de 10/6 e solicita agendamento de reunião.	
16/6 – solicita agendamento de reunião.	
22/6 – solicita agendamento de reunião.	

MANIFESTO

Repúdio ao desconto dos dias parados

A retórica dos reitores de “disposição ao diálogo” não passa de tentativa canhestra para acobertar a intransigência e a indisposição à negociação que têm marcado a conduta do Cruesp ao longo desta data base. Tentam caracterizar como etapas de negociação reuniões cujas pautas são por eles determinadas, e nas quais apenas prescrevem medidas, permanecendo surdos e insensíveis aos argumentos do Fórum das Seis.

A falácia da “disposição ao diálogo” vem acompanhada de ataques e desrespeito ao movimento, utilizando-se para este fim, inclusive, os meios de comunicação de massa. Reitores de triste memória, suspendendo salários, quando todos sabem que é prática estabelecida a reposição do trabalho correspondente aos dias de greve.

Diante desta postura dos reitores, incondizente com a responsabilidade exigida pelo cargo que ocupam, a Assembleia Geral da Adusp vem a público:

- Repudiar o desconto dos dias de greve nos salários de funcionários, efetivado pela Reitoria da USP e anunciado pela Reitoria da Unicamp. É urgente que cesse esse tipo de ataque ao direito de greve e que os proventos descontados sejam imediatamente restituídos aos funcionários.

- Reiterar a necessidade de agendamento imediato de reunião do Cruesp com o Fórum das Seis, mostrando os reitores disposição real para considerar e debater alternativas, que visem tanto a: 1) extensão aos funcionários do reajuste de 6% concedido aos docentes em março, retroativamente a fevereiro de 2010, como 2) acordo que garanta a realização de reuniões de negociação, e não apenas reuniões com as comissões técnicas, no segundo semestre de 2010, para dar continuidade às discussões salariais;

- Reafirmar a necessidade de solução pacífica e negociada para todas as contendas e disputas surgidas durante o movimento de greve dos funcionários da USP, Unesp e Unicamp.

Assembleia Geral da Adusp, em 17/6/2010

Fundo de Solidariedade

Por decisão do Comando de Greve e da Assembleia do Sintusp, foi constituído um FUNDO DE SOLIDARIEDADE aos funcionários em greve que tem por objetivo exclusivo prestar uma ajuda emergencial aos cerca de 1.000 servidores que sofreram descontos substanciais em seus salários de maio. Para aqueles que desejarem contribuir, divulgamos abaixo os dados da conta bancária aberta em nome de três funcionários indicados pelo Comando de Greve do Sintusp.

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 3559-9

C/C: 42.378-5

FAVORECIDO: MARIA IRACEMA DA SILVA